

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006926-72.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Imputação do Pagamento**
 Requerente: **Sabor & Talento Restaurante Ltda Me**
 Requerido: **Brf Brasil Foods S/A**

SABOR & TALENTO RESTAURANTE LTDA ME ajuizou ação contra BRF BRASIL FOODS S/A, pedindo a exclusão de seu nome de cadastro de devedores e a condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista o indevido apontamento de seu nome em cadastro, por dívida inexistente, cuja declaração igualmente busca ver reconhecida.

Deferiu-se provimento de urgência.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que não houve negatificação do nome da autora e que houve relação comercial entre as partes, gerando o débito apontado.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ré encaminhou apontamento cadastral à SERASA, em desfavor da autora, por uma suposta dívida de R\$ 463,95, vencida em 19 de abril transato (fls. 12).

Não houve resposta do sistema SERASA, apenas do sistema SCPC (fls. 26).

Segundo a ré, houve entrega de mercadoria em 30 de março de 2016, justificando a emissão de uma duplicata mercantil (fls. 36). O documento está firmado por Diego Souza, CPF 149.573.459-11. Mas não houve apresentação de documento atinente aos produtos supostamente vendidos e entregues, ou seja, a nota fiscal/fatura. E não há qualquer indício

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

de vinculação desse tal Diego Souza com a autora. De rigor o reconhecimento da inexistência de relação jurídica de débito e crédito, pois à ré, emitente do título, incumbia apresentar prova documental cabal a respeito.

Houve depósito da anotação restritiva em cadastro de devedores, o que não se consumou por conta da rápida intervenção da própria autora, que com êxito postulou providência em juízo. Ainda assim, a despeito da argumentação da ré, tem-se por configurado o dano moral indenizável, ainda mais porque a ré, mesmo demandada, insiste em afirmar a existência de relação jurídica de débito e crédito, o que importaria a manutenção ou permissão do registro da dívida em órgão de proteção ao crédito.

Arbitra-se a indenização em R\$ 5.000,00, exatamente nesse contexto, do êxito da medida judicial impeditiva de publicidade do apontamento.

Diante do exposto, acolho os pedidos.

Declaro a inexistência de relação jurídica de débito da autora perante a ré, no tocante à duplicata sacada no valor de R\$ 463,95, vedo o apontamento em cadastro de devedores e condeno a ré ao pagamento da verba indenizatória de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados da época do fato danoso (STJ, Súmula 54).

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de agosto de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA